

AVALIATIVIDADE, ENGAJAMENTO E VALORAÇÃO
(Appraisal, engagement and valuation)

Orlando VIAN JR
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

*Há palavras que se retraem, que se recusam – porque significam
de mais para os nossos ouvidos cansados de palavras.*
José Saramago, Claraboia, p. 43

Resumo: *A partir do arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), este texto é uma réplica ao texto de Souza (2011), em que são discutidos aspectos sobre o conceito de instanciação, assim como a tradução de alguns termos do sistema de avaliatividade (Martin & White, 2005) para a língua portuguesa presentes no texto de Vian Jr (2009). O objetivo aqui é (1) reforçar os argumentos apresentados em Vian Jr (2009) para os termos avaliatividade, engajamento e valoração como correspondentes a appraisal, engagement e valuation por um lado e, por outro, (2) apontar para as incoerências no texto de Souza (2011), bem como suas posturas em relação à teoria.*

Palavras-chave: *LSF, instanciação, sistema de avaliatividade, engajamento, valoração.*

Abstract: *Within the Systemic Functional Linguistics (SFL) framework, this text is a reply to Souza (2011), and the aspects discussed by the author on the concept of instantiation as well as the translation of some terms of the Appraisal system (Martin & White, 2005) into Portuguese as suggested by Vian Jr (2009). The aim is to (1) strengthen the arguments presented in Vian Jr (2009) for the terms avaliatividade, engajamento and valoração as the corresponding translations for appraisal, engagement and valuation on the one hand and, on the other, (2) point to the inconsistencies in Souza's text (2011), as well as her positions regarding the theory.*

Key-words: *SFL, instantiation, appraisal system, engagement, valuation.*

1. DIÁLOGOS IMPROVÁVEIS

O campo teórico, metodológico e aplicado da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) no Brasil, por lidar com uma teoria elaborada em língua inglesa e com vasta produção tanto teórica quanto aplicada nessa língua, faz com que o pesquisador brasileiro enfrente a questão do uso dos termos em inglês e sua tradução para a língua portuguesa. Sem mencionar novos modos de observar fenômenos linguísticos e a adoção de diferentes procedimentos analíticos.

Como é significativo o número de pesquisadores que não lêem os textos no original e dependem de traduções ou de textos que discutam a teoria, um problema comum é a maneira como termos em língua inglesa são veiculados em português.

Esse estado de coisas nos induz à seguinte pergunta: quem define a adequação da tradução de um termo ou o modo como ele circula? A resposta é óbvia: a comunidade discursiva que o utiliza, sem dúvida. Prova disso, é a lista de discussão da comunidade de pesquisadores em LSF brasileiros, assim como outros fóruns de discussão, como a lista de discussão da Associação de Linguística Sistêmico-Funcional da América Latina (ALSFAL), em âmbito latino-americano, ou, em âmbito regional, a lista de discussão do Grupo de Systemicistas do Nordeste (GSN). Isso aponta para o fato de que somente membros da comunidade, de modo coeso, partilhado e familiarizados com a teoria e com sua aplicação é que estão aptos a definir qual termo é adequado aos propósitos teóricos e metodológicos da pesquisa no campo em que se inscrevem e se encarregam de sua circulação e disseminação; independentemente de essa busca por um consenso soar para alguns como a procura de um termo ideal, trata-se pura e simplesmente do estabelecimento de uma linguagem comum a ser partilhada pela comunidade discursiva.

Tendo esse cenário como pano de fundo, e incomodado com o uso do termo *appraisal* em português, produzi em 2009 (Vian Jr, 2009) o texto em que defendo o uso do termo *avaliatividade* como possível correspondente em língua portuguesa, em detrimento de outros que estavam sendo usados.

Inscrita no campo de estudos da tradução, Souza (2011) propôs-se a dialogar com meu texto em que afirma que “estabelece um diálogo com Vian Jr (2009)” (2011: 73) e que seu artigo “se propõe a dialogar com esse autor, por meio de uma reflexão teórica sobre as visões de tradução e

de língua subjacentes ao seu posicionamento, bem como apontar soluções alternativas” (2011: 74).

Essas “soluções alternativas”, no entanto, tomam rumos inesperados e a autora assume a tarefa de apontar equívocos, além de supostas visões de traduções, sem apontar qual a relevância existente para o texto ou para os estudos da área a discussão sobre as visões de tradução de Vian Jr. Ou como tal discussão pode contribuir para o debate sobre instanciação ou para as sugestões de tradução propostas pela autora, uma vez que tais visões não estão relacionadas quer ao foco do texto, à LSF, à avaliatividade ou à instanciação.

Ao contrário, o texto da autora constrói-se sobre o argumento de que a tradução é “uma renegociação de significados proposta pelo(a) tradutor(a) a partir de seus repertórios nas línguas envolvidas” (Souza, 2011: 74). A fragilidade do argumento reside no fato de que, se a tradução é baseada, pura e simplesmente, no repertório do tradutor renegociador dos significados, não poderia existir “equívocos na interpretação”, pois a autora parece não considerar o caráter dialógico do texto e do ato tradutório, ignorando a relação dialética entre texto e contexto ou as visões de língua, linguagem e cultura tão caras à teoria sistêmico-funcional.

De todo modo, a renegociação de significados com base nos repertórios do tradutor resvala para o que a autora critica como sendo a “busca por um termo ideal”, sendo que, ao final de seu texto, a autora propõe termos que, ela própria, considera ideais, sem se preocupar com o uso já consagrado de tais termos pela comunidade. Também não é apresentado ao leitor o que seja o modelo de re-instanciação interlingual ou o porquê os termos por ela propostos seriam os relevantes para o modelo ou de que modo a interpretação que a autora faz das visões de tradução são baseadas neste modelo. Tampouco como o suposto modelo embasa suas escolhas ou as de Vian Jr. Também não fica clara a idéia de que há uma rejeição de Vian Jr pela teoria de Martin e White pelo simples uso do verbo ‘pretender’, mas, segundo a autora, “chega a ser explícita sua rejeição ao modelo” (Souza, 2011, p. 88). São, ainda, impostas traduções de termos e o diálogo insinuado entre tradução e LSF é perdido de vista, tornando-se um diálogo improvável.

Como Souza (2011) posiciona-se como especialista em tradução, em cuja área não me inscrevo, este texto adota única e exclusivamente os preceitos teóricos da LSF, como já o fora no texto de 2009, mais especificamente

a noção de instanciação, e tem dois objetivos: (1) reforçar os argumentos apresentados em Vian Jr (2009) e (2) apontar as posturas com caráter colonialistas e enviesadas da autora.

Sinalizo, por fim, que esses termos já vêm sendo utilizados pela comunidade de pesquisadores em LSF no Brasil há algum tempo, como pode ser atestado em publicações e em dissertações e teses em diversos centros de pesquisa no país.

2. A NOÇÃO DE INSTANCIAÇÃO NA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Como a noção de instanciação está diretamente relacionada às questões debatidas nos textos de Vian Jr (2009) e de Souza (2011), ater-me-ei à discussão de tal termo, deixando, por ora, a noção de realização de lado.

Para que se compreenda a noção de instanciação da LSF torna-se necessário que sejam consideradas duas premissas: (1) a aceitação, na teoria hallidayana, da relação saussureana de que o sistema da língua é representado por atos de fala (Halliday, 2003: 195) e (2) a interpretação dessa relação conforme proposta por Hjelmlev, que concebe o texto como processo e a língua como sistema e processo (Halliday, 1985: xxii).

Nessa perspectiva, a partir de Halliday (1985, 2002, 2003), Martin e White (2005) e Matthiessen, Teruya e Lam (2010), instanciação pode ser considerada como a relação entre o sistema e o que é instanciado em forma de texto, tratando-se de uma relação intra-estratos (Halliday, 2002: 352), isto é, não pressupõe a relação entre-estratos. A realização, por seu turno, é uma relação entre-estratos, ou seja, os significados (estrato semântico-discursivo) são realizados em fraseados (estrato léxico-gramatical), que por sua vez são realizados como sons/escrita (estrato grafo-fonológico).

Muitos dos estudos em LSF no Brasil têm focado em um aspecto: analisam ocorrências léxico-gramaticais sem se preocupar com os sistemas mais amplos. E este foi o ponto de partida para minha discussão no texto de 2009.

Esse mesmo fenômeno, de não levar em conta a visão estratificada da LSF, tem ocorrido com os estudos sobre o discurso, principalmente levando-se em consideração os sistemas discursivos propostos em Martin e Rose (2003) e depois ampliados em Martin e Rose (2005).

Em função de uma grande produção de estudos utilizando o sistema de avaliatividade, muitos estudiosos focam apenas nesse sistema, sem levar em consideração a simultaneidade de ocorrência, no nível discursivo, dos seis sistemas: avaliatividade, negociação, periodicidade, identificação, ideação e conjunção (Martin e Rose, 2005), assim como ocorre, no nível léxico-gramatical, com as metafunções, porque mesmo alguns estudos atendo-se apenas à análise de uma das metafunções, as demais não deixam de existir, pois isso feriria o princípio metafuncional da linguagem base da teoria hallidayana.

Para que este ponto fique claro, retomemos o que Halliday (2003: 192-197, dentre outros) considera como sendo características de sua proposta de uma teoria sistêmico-funcional: (1) a língua é um potencial de significados, associado ao fato de que (2) a estrutura constituinte no nível do conteúdo é parte de uma léxico-gramática; (3) a léxico-gramática é a essência da língua, além do aspecto de que (4) a língua é funcionalmente variável e que (5) o processo (o texto) instancia o sistema e a expressão realiza o conteúdo; de acordo com o autor há, ainda, (6) uma relação dialética entre texto e contexto e, finalmente, que (7) as diferenças entre as línguas é que precisam ser compreendidas

Essas características indicam que a noção de instanciação só pode ser considerada a partir da relação entre sistema-processo, sendo que o processo, isto é, o texto, instancia o sistema. E, conforme sinalizado acima, Halliday faz essa distinção a partir da aceitação da noção saussureana da representação do sistema pelos atos de fala, no modo como foi interpretado pelo linguista dinamarquês Hjelmslev.

No entanto, o autor (Halliday, 2003: 197) nos adverte que essas observações não devem ser tomadas como atos de fé aos quais todos os sistemicistas devem estar sujeitos, mas podem ser considerados como uma inclinação a adotar determinados pontos de vista que podem levar as pessoas a explorar o potencial da teoria sistêmica.

E este foi o objetivo do texto de 2009: explorar o potencial da teoria sistêmica para a língua portuguesa, principalmente no que diz respeito à não-observância de aspectos relacionados ao conceito de instanciação e a discussão do uso de termos traduzidos para o português, mais especificamente, o termo *appraisal*.

Não obstante a sinalização desses aspectos no texto de Vian Jr (2009), Souza imbuíu-se de uma tarefa inglória, produzindo um texto, no mínimo, extravagante. Vejamos: a autora se propõe a discutir a suposta relevância para os estudos de tradução de um inédito modelo de re-instanciação interlingual que em momento algum é apresentado ao leitor. A autora se propõe a discutir os conceitos de instanciação e de realização, mas, em vez de concentrar-se nisso e embasar-se na teoria da LSF, passa a desconstruir os argumentos de Vian Jr, criticando-o por apresentar uma visão tradicionalista de tradução, fruto de sua interpretação das discussões feitas por Vian Jr sobre a não-observância ao fenômeno da instanciação nos estudos no Brasil. Segundo a autora, tal interpretação é feita “por meio de uma reflexão teórica sobre as visões de tradução e de língua subjacentes ao seu posicionamento” (Souza, 2011: 74). Por fim, mesmo criticando a busca por termos ideais, Souza afirma que os termos usados por Vian Jr são inadequados e apresenta as suas próprias traduções ideais para alguns termos, num diálogo de surdos, com um autor que se insere nos estudos de LSF e não nos estudos de tradução. Ao fim do texto, o leitor perde-se entre dois assuntos, sem compreender de que modo as interpretações da autora sobre as visões de tradução de Vian Jr estão relacionadas à instanciação ou à realização ou qual a relevância dessa discussão para a compreensão dos aspectos do sistema de avaliatividade.

Por outro lado, parece haver algumas impropriedades na leitura de Souza, sobre a escala de instanciação. A autora (p. 78) afirma que, “embora [Vian Jr] cite Martin e White (2005), ele toma não o modelo de instanciação desses autores, mas sim o de Halliday e Matthiessen (1999, 2004)”. A pergunta que se coloca é: como não considerar o que propõem Halliday e Matthiessen (1999, 2004) se são esses os autores que primeiro propõem o modelo? O que apresentam Martin e White (2005: 162) está baseado na visão do que apresentam Halliday e Matthiessen, como os próprios autores sinalizam:

A abordagem da LSF, assim, leva-nos a observar a variabilidade dos fenômenos linguísticos a partir da perspectiva da língua como potencial para construir sentidos e a partir da perspectiva da instanciação daquele potencial em textos específicos. Isso nos leva a reconhecer o que Halliday e Matthiessen (1999) denominaram ‘escala de instanciação’¹.

1. No original: *The SFL approach, then, leads us to look at linguistic phenomena variably from the perspective of language as meaning making potential and from the perspective of the instantiation of that potential*

É clara e explícita no excerto a referência ao que propõem Halliday e Matthiessen em relação à escala de instanciação, ou seja, Martin e White estão usando o que já fora proposto na teoria sistêmico-funcional. O que Souza chama de “o modelo de instanciação desses autores” é uma releitura, ampliada e crítica, devemos sinalizar, do que fora proposto anteriormente.

Mas a autora ainda vai além em suas acusações infundadas e incautas ao afirmar que Vian Jr “começou adotando a escala de instanciação segundo Halliday e Matthiessen (2004), e agora, de repente, considera a escala adotada em Martin e White (2005), tomando a leitura como polo oposto ao sistema”.

O fato de Souza (p. 79) afirmar que “até onde sei, as escalas a que Vian Jr se refere (do sistema e do texto) nunca foram propostas seja no âmbito do modelo de instanciação de Martin, seja no da LSF hallidayana” acende um sinal de alerta, uma vez que a Figura 2 apresentada em Souza (2011: 79), corresponde à Figura 1 em Vian Jr (2009: 104), que nada mais é do que a justaposição da Tabela 4.1, apresentada em Martin e White na página 163 e a Tabela 4.2 da página 164.

A figura proposta por Vian Jr tenta apreender as duas perspectivas da escala de instanciação: do sistema para a leitura e aquele que se refere ao potencial das avaliações, como consta explicitamente nas páginas 163 e 164 de Martin e White (2005) onde estão os termos, que não foram propostos por Vian Jr, são a tradução para o português do que apresentam os autores.

Na continuação, Souza passa a criticar o exemplo citado em Vian Jr glosando o exemplo de Halliday e Matthiessen (2004: 26-27): afirmando que o exemplo “simplifica em excesso a relação como teorizada na LSF” (Souza, 2011: 80). Aqui, parece haver a compreensão inadequada do que seja ‘sistema’, pois, como afirmam Matthiessen, Teruya e Lam (2010: 121) “a escala de instanciação é um princípio de organização sistêmica que opera nos sistemas de todas as ordens (físico, biológico, social e semiótico)”².

in individual texts. It leads us to identify what Halliday and Matthiessen (1999) have termed a ‘cline of instantiation’.

2. No original: *The cline of instantiation is a principle of systemic organization that operates in systems of all orders (physical, biological, social and semiotic).*

Ao sinalizar que está “glosando” a relação clima-tempo e que o exemplo oferecido é “lhano”, Vian Jr deixa bastante claras as limitações de seu exemplo, utilizado para ilustrar a noção de instanciação àqueles que iniciam seus estudos na LSF, principalmente pelo fato de o exemplo poder ser considerado como um sistema de organização. Além do mais, no contexto em que estou inserido, o Nordeste brasileiro, mais especificamente o Estado do Rio Grande do Norte, há mínima variação climática, pois o clima é praticamente o mesmo o ano todo, logo, a compreensão da metáfora sugerida por Halliday e Matthiessen fica comprometida para este contexto, com apenas uma instanciação única durante a quase totalidade do ano.

Metáforas, por seu turno, permitem a abertura para novas possibilidades, novas leituras, novas maneiras de se compreender um conceito. Defendo o uso da metáfora como postulada por Albuquerque Júnior (2009) no campo da História, para quem as metáforas funcionam “no sentido de abrir o pensamento para novas relações, chegando ao mais abstrato, através do mais concreto. É a imagem a serviço do pensamento” (Albuquerque Júnior, 2009: 43). O autor argumenta ainda que “neste discurso metafórico tudo significa e, no entanto, tudo é surpreendente. Elas forçam a pensar o diferente, destroem as familiaridades dos conceitos consagrados, surpreendem a seriedade do discurso acadêmico” (Albuquerque Júnior, 2009: 44). A utilização de uma metáfora mais próxima ao cotidiano do contexto em que estou inserido vai ao encontro da visão híbrida de descolecionar proposta por García-Canclini (1995) que será exposta item 3 a seguir.

3. COLONIALISMO E TRADUÇÃO

A postura adotada por Souza (2011) em seu texto sugere uma visão colonialista extremada, em que a autora coloca a teoria em um patamar de dogma, não passível de ser discutida ou questionada.

García-Canclini (1995) apresenta uma noção bastante relevante para compreensão do posicionamento de Vian Jr em relação à teoria proposta por Martin e White (2005): descoleção. Para o antropólogo, as culturas pós-coloniais são híbridas e, por essa razão, o autor propõe outros dois processos para explicar a hibridização: descoleção e desterritorialização (García-Canclini, 1995), ou seja, as coleções impostas por culturas hegemônicas não se aplicam aos contextos híbridos atuais e os territórios

devem ser vistos de modos diferenciados daqueles que eram considerados anteriormente, principalmente em função da globalização.

É essa a postura que adoto para discussão das teorias propostas em língua inglesa no escopo da LSF, em sentido amplo, e do sistema de avaliatividade em sentido restrito: uma postura pós-colonial e pós-crítica. Não é pelo fato de teóricos de países e línguas hegemônicas terem proposto modelos ou teorias que estas devem ser aceitas e usadas sem o menor criticismo, sem o menor posicionamento no contexto sociocultural em que atuo, como deseja Souza. Somente a partir dos elementos de minha cultura e de minha língua é que posso considerar tais teorias, como tem sido feito na aplicação dos preceitos da LSF em língua portuguesa. Como, por exemplo, as diferenças entre o português e o inglês no que diz respeito a tema/rema, por exemplo, como discutem Barbara e Gouveia (2001) e Gouveia e Barbara (2001). E foi essa a postura por mim adotada para discutir o sistema de avaliatividade: considerando a língua portuguesa falada no Brasil e a cultura brasileira, principalmente por estarem envolvidos elementos interpessoais e, mais importante que isso, a solidariedade, elemento crucial para a compreensão das avaliações em qualquer língua.

O que Vian Jr (2009) propõe é uma consideração bastante detalhada do modelo de Martin e White e sua aplicação e adequação à língua portuguesa e, mais importante que isso, o modo como os diversos termos que o compõem podem ser usados em língua portuguesa.

A postura colonialista de Souza é reforçada pelo seu claro incômodo (Souza, 2011: 82) em relação à afirmação de Vian Jr (2009: 114) de que os autores “pretendem” desenvolver um sistema. Ora, se uma teoria está em construção há algum tempo, se os autores procedem a mudanças em seu modelo, se propõem novos termos para outros outrora utilizados, é sinal de que os autores “pretendem” construir uma teoria, que está em constante evolução. Mas Souza parece não aceitar o fato de que um pesquisador brasileiro possa criticar os autores, como se tudo que dissessem fosse a verdade absoluta, que não deve ser questionada, como um dogma.

Um breve olhar sobre o que propõe Martin é suficiente para compreendermos por que razão o autor “pretende” construir uma teoria que não está pronta. Talvez não tenha sido levada em consideração a evolução histórica do sistema de avaliatividade no escopo da LSF.

Historicamente, temos em *English Text*, a obra de Martin de 1992, uma proposta explícita de uma introdução à análise do discurso no escopo da LSF (Martin, 1992: 1). O autor explicita que seu trabalho parte do trabalho seminal em *Cohesion in English*, de Halliday e Hasan (1976) e, com base nessa obra, propõe quatro sistemas discursivos: negociação, identificação, conjunção e ideação. Não há menção alguma a um sistema para os recursos avaliativos nos textos.

Pode-se dizer, no entanto, que os aspectos relacionados à presença de elementos avaliativos na linguagem estão sutilmente sugeridos no item intitulado *Affect*, no capítulo 7, item 7.2.2.3 (Martin, 1992: 533) da referida obra. Posteriormente, Poynton (1985, 1989, 1990) apresenta encaminhamentos para o estudo sobre o afeto, assim como, em 1997, Eggins e Slade, em seu estudo sobre a conversa cotidiana e o aspecto das avaliações na linguagem, afirmam ser uma das áreas menos compreendidas e subpesquisadas na linguística (Eggins e Slade, 1997: 124). Nessa obra, são propostas quatro categorias: apreciação, afeto, julgamento e amplificação, indicando que se baseiam em um manuscrito de Martin. Afirmam ainda que Martin vinha desenvolvendo “um arcabouço teórico para a análise dos significados avaliativos nos textos”³ (Eggins e Slade, 1997: 125) e sinalizam, em nota que, embora se baseiem nas análises desenvolvidas por Martin sobre avaliatividade e envolvimento, seguem o que preceitua Halliday (1994) na análise da modalidade como um sistema gramatical (Eggins e Slade, 1997: 168).

Na primeira edição de *Working with discourse*, Martin e Rose (2003) apresentam cinco sistemas discursivos: avaliatividade, ideação, conjunção, identificação, periodicidade e, na segunda edição (Martin e Rose, 2007), um sexto sistema é considerado, além desses cinco: negociação. Esses seis sistemas são apresentados como modo de interpretar o discurso por meio de sua análise (Martin e Rose, 2007: 1). Por fim, em 2009, ao discutir os estudos sobre o discurso no âmbito da LSF, Martin (2009: 154) aponta esse percurso, discutindo a expansão dos recursos semântico-discursivos, apontando, ainda, a inserção dos sistemas de avaliatividade e periodicidade aos sistemas de identificação, negociação, conjunção e ideação (Martin, 2009: 157).

3. No original: “a theoretical framework for the analysis of evaluative meanings in texts”.

Esse breve panorama nos indica o cuidado que devemos ter ao discutirmos uma teoria que trata das avaliações na linguagem. Somente na obra de Martin e White (2005) o sistema nos é apresentado como o conhecemos hoje. Por essa razão, fica óbvio que a teoria vem sendo construída, debatida, discutida, ampliada, redimensionada e não tem, de modo algum, esse caráter estanque e imutável que Souza tenta imprimir aos estudos sobre avaliação na linguagem. Mencione-se ainda que se trata de um outro modo de analisar as avaliações na linguagem em comparação a outros existentes, como discutem Thompson e Hunston (2000).

Apenas a título de ilustração, cito os trabalhos de Oteíza (2003, 2010) sobre o discurso político do Chile, pois, ao estudar as categorias propostas por Martin e White na análise de seu *corpus*, a autora deparou-se com outros mecanismos de avaliação ocorridos nos textos analisados, geralmente relacionados ao contexto de cultura em que foram produzidos e, desse modo, propõe acréscimos ao modelo, posicionando-se exatamente como sugere Halliday: explorar o potencial da teoria sistêmica. O mesmo ocorreu com Bednarek no estudo do discurso da mídia impressa (Bednarek, 2006: 5) e a adição do aspecto ‘desejo’ ao subsistema de apreciação (Bednarek, 2010) e, posteriormente, no Brasil, com Cabral, ao estudar textos de editoriais de jornais brasileiros sobre os supostos hábitos étlicos do ex-presidente Lula em 2004: a análise empreendida pela autora (Cabral, 2007) extrapola o que dizem Martin e White (2005) sobre as vozes jornalísticas e propõe uma categoria intermediária entre a voz do correspondente e a voz do comentarista: a voz do articulista. Ou seja, Cabral (2007: 161) afirma serem válidas as categorias para os jornais australianos sobre notícias sobre crimes, outros casos policiais e desastres, mas não para os artigos de jornal brasileiros analisados em seu *corpus*.

Esses três exemplos, e tantos outros presentes nos estudos sobre avaliatividade, mostram que se trata sim de uma teoria em construção e que os autores ‘pretendem’ construir uma teoria, pois ela não está pronta.

Bednarek (2006: 8) afirma que o fenômeno da avaliação na linguagem só pode ser compreendido, interpretado e analisado em referência ao contexto e Souza, inadvertidamente, adota uma visão de que a teoria deve ser usada de modo totêmico, intocável, contradizendo todos os princípios de uma teoria funcional de linguagem.

Ora, se Souza traz para a discussão o argumento de que os significados são potenciais e existe uma escala de instanciação, logo, todo texto é passível de diferentes interpretações, como bem afirmam Martin e White (2005: 163): “pode haver uma série de instanciações e, portanto, de interpretações”⁴.

O que mais chama a atenção nos argumentos de Souza é o fato de a autora contrariar os princípios do funcionalismo ao optar pela tradução de termos de acordo com o dicionário, pondo por terra os elementos que havia indicado no seu texto de que “existe uma intrínseca relação entre o ato de traduzir, a visão do que é tradução e a visão do que é língua” (Souza, 2011: 74).

Parece que língua passou a ser, de um instante para o outro, a palavra morta que está no dicionário, ignorando o aspecto dinâmico e cotidiano das interações, pois a cultura também não foi considerada na argumentação de Souza, como se a língua acontecesse no vácuo e não em um contexto de cultura e em um contexto de situação. Isso equivale a dizer que não se podem discutir termos, quaisquer que sejam, a partir de visões pessoais ou preferências a este ou àquele termo sem levar em conta o consenso da comunidade e, em uma comunidade, mesmo havendo divergências, um pode eventualmente dominar.

É absolutamente contraditório o fato de a autora argumentar em favor de uma re-instanciação interlingual e, no momento em que deveria usar tal teoria para embasar seu argumento de escolha, recorre ao dicionário e apresenta suas opções de modo taxativo, por vezes ingênuo, sem levar em consideração a produção pela comunidade em LSF no Brasil, já não tão reduzida, apresentando as traduções que julga ideais.

O que chama a atenção é o posicionamento colonialista, enviesado, intransigente e monoglóssico expresso em um texto que, após dedicar todo o item 2 às supostas visões de tradução de Vian Jr, e criticar que “nessa visão, não existem usuários individuais nem possíveis leituras divergentes, mas apenas um ‘senso comum’, um conhecimento aceito por todos como natural e inquestionável”; recém-chegada à comunidade sistêmica brasileira, a autora impinge suas traduções, baseando-se em senso comum e sem consideração a leituras individuais, apresentando, ainda, termos como ‘ca-

4. No original: *there can be a range of instantiations and hence interpretations.*

libragem' e 'acoplamento', dentre outros, de modo impositivo e sem a menor consideração a possíveis outras leituras, e sem considerar a possibilidade de leituras divergentes. Além do mais, existe uma contradição maior: se a visão culturalmente sensível insinuada por Souza em seu texto fosse verdadeira, a autora deveria reconhecer quaisquer visões como uma possível leitura divergente, não impondo apenas a sua como a tradução ideal para os termos.

Afinal, é bastante comum no campo dos estudos linguísticos divergências em tradução de termos. Tomemos como exemplo o caso de *bedging* (Lakoff, 1972; Brown & Levinson, 1987), que até hoje continua sendo usado em sua língua de origem, na falta de uma palavra em português que expresse seu sentido. Ou termos como *frame* (da gramática visual de Kress e van Leeuwen, 1996), utilizado por alguns como 'enquadramento' e por outros como 'moldura', ou ainda *affordance* (utilizado na Análise de Discurso Crítica de Fairclough, 2003), em estudos de gêneros digitais (por exemplo, Miller, Dionísio e Hoffnagel, 2009) ou em estudos sobre aprendizagem (por exemplo, Paiva, 2010), que apresentam diferentes traduções em língua portuguesa e, em alguns textos, permanecem em sua língua original. Isso é uma prova cabal de que a comunidade procura sim um termo ideal, independentemente do fato de alguns aprovarem a opção feita ou não. Com a experiência, aprendemos que não é uma questão de gostar ou não, mas de aceitar o que é consensual, quando se encontra um consenso.

4. O SISTEMA DE AVALIATIVIDADE NA LSF

A proposta de um arcabouço como o que se configura no sistema de avaliatividade só pode ser compreendido a partir de duas perspectivas: (1) em sua evolução histórica no escopo da LSF e em (2) sua inter-relação com os demais sistemas discursivos.

Malinowski (2009: 161) propõe, como um dos axiomas gerais do funcionalismo, o fato de que a cultura "é um conjunto uno em que os vários elementos são interdependentes". Partindo-se desse axioma, e transpondo-o para a teoria sistêmico-funcional, não se pode isolar o sistema de avaliatividade e considerá-lo de modo estanque, pois ele não existe como tal.

Ao considerar a tradução de três termos isoladamente, portanto, incorre-se em um risco bastante severo, pois avaliatividade possui relação

de interdependência com engajamento que, por sua vez, tem relação de interdependência com valoração, sendo que todos fazem parte de um único sistema discursivo, o sistema de avaliatividade, que, por sua vez, funciona em harmonia com os outros cinco sistemas discursivos.

Por essa razão, reforço os termos apresentados em 2009, pois tais escolhas não foram feitas por mero capricho ou de modo aleatório. Elas levaram em conta os princípios da LSF de Halliday, os estudos de discurso de Martin (1992), Martin e Rose (2003, 2005) e Martin e White (2005) e, desse modo, reitero **avaliatividade** como correspondente ao termo inglês *appraisal*. **Engajamento** é usado como correspondente a *engagement* e **valoração** correspondendo a *valuation*, o que discuto nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 a seguir.

Ao apresentarem o seu sistema de avaliatividade, Martin e White o fazem a partir de um modelo sistêmico-funcional de linguagem, basta verificarmos o item 1.2 (Martin e White, 2005: 7), intitulado *Appraisal in a functional model of language*⁵, do capítulo introdutório de Martin e White, para compreendermos que, como um sistema, ele só faz sentido se considerado em relação aos demais sistemas e aos textos em que os exemplos ocorrem. Ainda por razões metodológicas, é possível focar em apenas um subsistema ou selecionar ocorrências lexicais indicativas de algum aspecto relevante da língua naquele texto. Mas o sistema de avaliatividade só pode ser considerado em relação aos demais aspectos da LSF, pois partilha dos mesmos pressupostos semântico-discursivos, como também é sinalizado por Martin e White (2005: 7):

Como indicado, nosso modelo de avaliação desenvolveu-se a partir do arcabouço teórico da LSF. Eggins 2004/1994 fornece uma introdução acessível ao registro na LSF de Sydney que embasa nosso trabalho. Para gramática, baseamo-nos em Halliday 2004/1994 e Matthiessen 1995 e para análise do discurso usamos Martin 1992b (mais tarde recontextualizado como Martin & Rose 2003). A fonte mais relevante de conceitos teóricos é Halliday & Matthiessen 1999 (para descrições resumidas da teoria da LSF, veja os capítulos introdutórios em Halliday & Martin 1993 e em Christie & Martin 1997)⁶.

5. Em tradução: Avaliatividade em um modelo funcional de linguagem.

6. No original: *As indicated, our model of evaluation evolved within the general theoretical framework of SFL. Eggins 2004/1994 provides an accessible introduction to the 'Sydney' register of SFL which informed our work. For grammar, we relied on Halliday 2004/1994 and Matthiessen 1995 and for discourse analyses we used Martin 1992b (later recontextualised as Martin & Rose 2003). The most relevant reservoir of theoretical concepts is Halliday & Matthiessen 1999 (for thumbnail sketches of SFL theory see the introductory chapters in Halliday & Martin 1993 and Christie & Martin 1997).*

Como se vê, os autores sinalizam e reforçam: não se pode tomar o modelo independentemente da LSF, pois está relacionado ao modelo de linguagem e contexto social mais amplo da LSF e, por essa razão, minhas propostas partiram de uma visão ampla da LSF, da língua e da cultura.

4.1. Avaliatividade

Souza sugere em sua nota de rodapé 6 (p. 76) que o termo avaliatividade “parece ser cunhado a partir de transitividade (tradução de *transitivity*)”. De fato ele o é, pois é reconhecido que o sufixo *-dade* em português (assim como *-ity/-ty* em inglês) é um sufixo nominal que se aglutina a um radical para formar substantivos e adjetivos, para denotar ação, estado ou qualidade. São vários os exemplos em português correntes no dia a dia, tais como acessabilidade, portabilidade, sustentabilidade, empregabilidade, usabilidade, navegabilidade para citar apenas alguns e, na LSF, outros termos como: polaridade, modalidade, transitividade e, na própria teoria de Martin e White sobre os sistemas discursivos, temos o sistema de periodicidade. Isso basta para explicar minha escolha por avaliatividade: um sistema que engloba todo o potencial existente no sistema linguístico para procedermos a avaliações em nosso cotidiano.

Isso reforça o fato de que o termo foi proposto tomando por base os repertórios dos princípios da LSF e do funcionalismo, das línguas e das culturas envolvidas, sem esquecer que foi obtido a partir da discussão com muitos colegas que trabalharam com a teoria e com o próprio Martin, portanto, o termo não foi sugerido aleatoriamente a partir de transitividade como a nota de rodapé 6 de Souza (2011: 78) tenta sugerir: “O termo parece ser cunhado a partir de ‘transitividade’ (tradução de ‘*transitivity*’) que é o nome do sistema de significados interpessoais [sic] no estrato da léxico-gramática”. Percebe-se também aqui o lapso da autora, já que o sistema de transitividade, como é sabido, trata dos significados ideacionais e não interpessoais. O termo avaliatividade proposto se coaduna com o potencial de significados existentes na língua que possam instanciar avaliações nos textos.

Hjelmeslev argumenta que uma teoria “tem por objetivo elaborar um procedimento por meio do qual se possam descrever, não contraditoriamente e exaustivamente, objetos dados de uma suposta natureza”, ou seja, ao estudarmos a linguagem da avaliação em língua portuguesa, devemos utilizar os

procedimentos metodológicos oferecidos pela proposta de Martin e White (2005) relativos aos mecanismos desenvolvidos em língua portuguesa e, portanto, produzidos em um contexto de cultura e de situação específicos, e devem ser compreendidos a partir da teoria proposta de modo a descrever como se processa a avaliação nossa língua e em nossa cultura.

O autor ainda reforça o seu argumento sobre a teoria da linguagem enfatizando (Hjelmslev, 2003: 19) que:

... a teoria não pode limitar-se a dar-nos meios de reconhecer um determinado objeto; ela deve, além disso, ser concebida de modo a permitir a identificação de todos os objetos concebíveis da mesma suposta natureza que o objeto dado. Uma teoria deve ser geral, no sentido em que ela deve pôr à nossa disposição um instrumental que nos permita reconhecer não apenas um dado objeto ou objetos já submetidos a nossa experiência como também todos os objetos possíveis da mesma natureza suposta. Armamo-nos com a teoria para nos depararmos não apenas com todas as eventualidades já conhecidas, mas com qualquer eventualidade.

O que se depreende do texto de Hjelmslev é a postura que devemos adotar, como estudiosos brasileiros dos recursos para avaliação em língua portuguesa, quando utilizamos uma teoria produzida em língua inglesa, além de estarmos atentos às diferenças tipológicas e a necessidade de adaptação de termos à nossa língua.

Esse aspecto teórico também nos leva a refletir sobre o fato de que, por Martin e White terem produzido um livro sobre apenas um dos sistemas, não significa que os outros deixaram de existir ou têm importância menor. Trata-se apenas de uma questão de precedência nos estudos e de desenvolvimentos da teoria, como afirma o próprio Martin no prefácio de Vian Jr, Souza e Almeida (2011: 9):

Na década passada, ficamos surpresos pelo grande interesse gerado, especialmente na América Latina e na China. Quando convidado a ministrar workshops em outros países, descobri que a teoria da avaliatividade tinha suplantado a análise de gêneros e o letramento como área de pesquisa que os colegas mais gostariam que eu abordasse.

4.2. *Engajamento*

Para discutir o uso do termo engajamento e para não enveredar pelos diversos *corpora* existentes em língua portuguesa e as vastas possibilidades

de pesquisa oferecidas pela Linguística de Corpus para verificarmos as ocorrências de engajar, utilizemos um recurso bastante simples: uma busca no Google⁷. A busca da ocorrência “*engajar * conversaçã*o” nos fornece, na data em que a busca foi realizada, 980.000 resultados.

É espantoso o fato de Souza afirmar que “Engajar(-se) no PB não tem exatamente esse significado, mas um semelhante” e as evidências de uma ferramenta de busca revelaram quase um milhão de ocorrências. Estranho o fato de ser uso corrente nas mais diversas esferas sociais, como atestam as ocorrências no Google, e tal escolha ser desconhecida e rechaçada por Souza.

Ainda são sugeridos por Souza (2011: 87) termos como comprometimento, envolvimento e empenho da palavra. Ora, nenhuma dessas acepções está de acordo com o que a autora afirma: “engagement é usado para nomear um sistema que compreende recursos linguísticos destinados a orquestrar vozes no texto, isto é, deixar entrar ou não, apoiar ou não o que essas outras vozes disseram, compartilhar ou não a responsabilidade pelas ideias defendidas por outros”. As próprias palavras da autora são suficientes para que recusemos o termo comprometimento, pois comprometer-se não implica a possibilidade de orquestração de vozes, de nuances, de diferenças, posicionamentos de diferentes vozes, sem que estas estejam comprometidas, mas apenas engajadas.

Um sistema de comprometimento não deixa abertas possibilidades para mudança de posicionamento, ao passo que podemos nos engajar a algo e nos desvincular quando assim o decidirmos. Um sistema que é usado para essas funções não pode usar comprometimento mas somente engajamento, mudando nosso posicionamento discursivo.

Além do mais, existem outras palavras na língua inglesa que tem o significado de comprometimento, que não foram usadas pelos autores, o que, por si, já é bastante significativo. E, por essa razão, reforço o termo **engajamento** em português como correspondente ao termo *engagement*, e não comprometimento, em contrário ao que diz Souza (2011).

7. Busca realizada em 31 de janeiro de 2012 em <http://www.google.com.br>

4.3. Valoração

Ao situar a avalitividade no arcabouço teórico da LSF, Martin e White (2005: 33) afirmam que o sistema pode ser localizado “como um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso”⁸ e que, ao mesmo tempo, este sistema está coarticulado com dois outros sistemas: negociação e envolvimento.

Se observarmos os três sistemas em conjunto, temos pistas para localizar a região semântica das avaliações relacionadas a questões de poder e solidariedade, ou seja, buscamos a solidariedade de nossos interlocutores em nossas interações e, dessa forma, temos reforçada a escolha do termo engajamento para *engagement*, já que a busca por solidariedade no discurso representa a busca pelo engajamento nas interações, nas conversas, nos textos, nos discursos. Conforme ilustra a Figura 1:

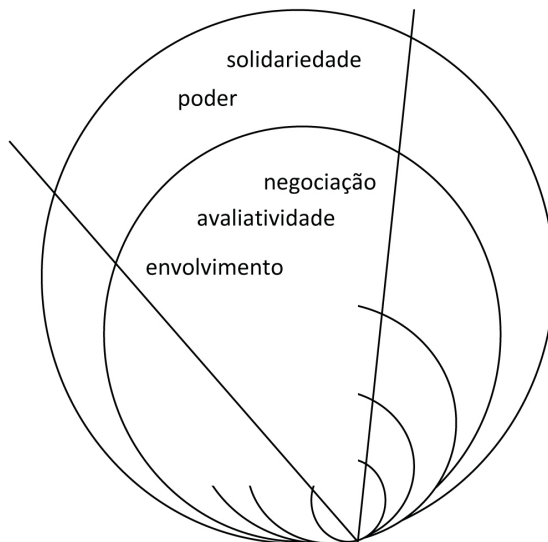


Figura 1: Sistemas semânticos interpessoais e as variáveis de registro (traduzido de Martin e White, 2005: 34)

8. No original: *As an interpersonal system at the level of discourse semantics.*

Emerge dessa relação uma das razões para adotarmos o termo valoração como correspondente a *valuation*, pois estamos tratando, no campo semântico da apreciação, da avaliação de coisas e a valoração é um dos tipos de apreciação, juntamente com reação e composição.

A sugestão de Souza de utilizar o termo valor social não é adequada, pois o sistema de avaliatividade, como um todo, é usado para que possamos atribuir valores às nossas experiências, por essa razão o termo valoração está mais adequado para o mecanismo de *valuation*, afinal o campo semântico da apreciação está relacionado a avaliações estéticas e valores atribuídos às coisas que avaliamos e esses valores não se restringem tão-somente a valores sociais, mas também individuais, econômicos, financeiros, estéticos, artísticos e toda e qualquer área em que nos imbuímos da tarefa de apreciar algo. As apreciações podem ser divididas, de acordo com o modelo de Martin e White (2005: 56), em três áreas: nossas reações às coisas, a composição delas e seus valores. Tais valores abrangem toda a gama de possíveis valorações que podem ser atribuídas às coisas que avaliamos e suas realizações podem ser positivas ou negativas em um espectro muito vasto de possibilidades, ultrapassando apenas o social, embora todos estejam imersos em um contexto social mais amplo e, de modo dialético, constrói os valores, daí a razão de Coffin (2002) usar o termo *social value*, que, para o tipo de corpus analisado pela autora, o discurso da história e como as vozes são construídas, está relacionado ao sistema como um todo, isto é, como as vozes são construídas em diferentes textos de história e o modo como valores sociais são atribuídos às experiências.

Fica assim reiterado o uso do termo valoração como correspondente ao termo inglês *valuation*. Acresça-se ainda o fato de estarmos observando o sistema pela sua perspectiva macro, como um todo, e não apenas pela perspectiva micro de apenas um termo, mas de sua relação com o sistema mais amplo e, por conseguinte, sua relação com os termos engajamento e avaliatividade.

O sistema de avaliatividade, portanto, deve ser visto como apenas um dos sistemas relacionados à análise do discurso de base sistêmico-funcional e uma extensão das propostas de Halliday e da LSF, como uma ampliação de abordagens anteriores e que, por certo, ao passo que os estudos avancem, sofrerão novas alterações, como é de se esperar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais válido do que debater teorias em sua aplicação ao nosso idioma, desde que os debates sejam éticos, que visem ao reforço da comunidade e ao enriquecimento da pesquisa na área. Tecer críticas infundadas e com argumentos ingênuos e frágeis é demasiado arriscado ao pesquisador.

A teoria sistêmico-funcional tem sido amplamente divulgada e estudada no Brasil e essa difusão requer que tenhamos uma linguagem em comum, que debatamos de modo aberto os temas controversos e que cheguemos a acordos, como foi feito, por exemplo, na elaboração da primeira lista de termos sistêmico-funcionais⁹ em língua portuguesa em que se visou a estabelecer uma linguagem comum a partir do debate, do estabelecimento de uma meta comum: aplicar a teoria sistêmico-funcional na análise de textos em língua portuguesa.

Não se constrói um campo de pesquisa sólido por meio do ataque aos colegas de modo não ético. Há regras que devem ser respeitadas, há códigos que devem ser seguidos, há um conhecimento tácito que circula na comunidade e que tem sido respeitado sem deixar de haver debate. Mas, na comunidade sistêmica brasileira não tem havido agressão ou falta de transparência.

Souza (2011) tentou sugerir um diálogo com um pesquisador que não pertence à comunidade de tradutores e que não se propôs a discutir questões de tradução, mas sim do status da pesquisa em LSF no Brasil a partir do momento em que parece não haver um consenso entre os pesquisadores sobre quais termos devem ser usados, o que pode causar transtorno aos pesquisadores iniciantes. Este fato induziu-me a discutir a teoria, desde o que propõe Halliday e as diversas evoluções e transformações pelas quais tem passado a teoria elaborada por Martin e White. Embora Souza trate do que postulam Martin e White como se as propostas dos autores não estivessem umbilicalmente ligadas à teoria hallidayana, sinalizada em diferentes partes do livro dos autores, desde o seu prefácio, onde advertem (Martin e White, 2005: xii):

9. Confira, por exemplo, a lista *Termos de gramática sistêmico-funcional em português*, disponível em <http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/docs%5CTermosGSF.pdf>, aprovados para utilização pelos participantes na lista de discussão gsfportugues@egroups.com.

É claro que nada neste trabalho teria sido possível sem a teoria da linguística sistêmico-funcional, que orienta nossa empreitada. Desse modo, uma menção de agradecimento também a Michael Halliday, por sua atenção especial ao significado interpessoal na linguagem e pela elaboração da teoria ampla que inspirou nossa pesquisa¹⁰.

E mais, a noção de dialogismo, tão importante para a compreensão dos aspectos do sistema de avaliatividade é passada ao largo por Souza que deixa claro que o que apresenta em seu texto é a verdade absoluta sobre a teoria, aliás, sobre duas: a LSF e a tradução, embora adote, talvez sem se dar conta, uma postura que demonstra sua inexperiência com a prática da teoria, uma vez que se trata de uma pesquisadora neófito adentrando um campo vasto em que muitos aspectos práticos ainda não foram vivenciados, o que pode tê-la induzido a agir de modo monoglóssico, adotando posturas arredias em relação à comunidade da qual pretende fazer parte.

Ao fim e ao cabo, retomo a afirmação de Halliday (2003: 197) apresentada no início deste texto de que não devemos tomar o que diz a teoria como um ato de fé. A sugestão vai ao encontro do que nos sugere Luís Fernando Veríssimo em sua crônica *O gigolô das palavras* em relação à gramática: “A Gramática precisa apanhar todos os dias para saber quem é que manda”. Segundo o autor, “Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel”. Adoto essa mesma postura e reforço: o fato de uma teoria ter sido produzida em língua hegemônica, não significa que devo adotá-la sem o menor criticismo sem levar em conta elementos de minha própria cultura e que interferem diretamente na compreensão dos termos e em seu emprego. Minha crítica, frise-se, não é feita em relação à teoria, com a qual trabalho há mais de uma década, mas ao modo como ela é utilizada em minha própria língua, já que se trata de um outro sistema e a noção de instanciação não pode ser considerada sem essa perspectiva em mente, baseado no caráter indissociável de língua-texto-cultura. E, por isso, a teoria tem que sofrer adaptações para adequar-se a outras línguas, contextos e culturas.

Os argumentos apresentados no texto de Vian Jr de 2009 foram, desse modo, revisitados e reforçados em relação ao emprego dos termos

10. No original: *Of course none of this work would have been possible without the systemic functional linguistic theory that guides our endeavour. So a note of thanks as well to Michael Halliday, for his close attention to interpersonal meaning in language and for his design of the roomy theory that inspired this research.*

avaliatividade, engajamento e valoração como correspondentes a *appraisal*, *engagement* e *valuation*, respectivamente, com o intuito principal de estabelecer uma linguagem comum para os pesquisadores em LSF no Brasil de modo a considerarem os termos como partes de um sistema discursivo inscrito em uma abordagem de análise de discurso mais ampla, que deve, por seu turno, ser considerado em relação aos preceitos da LSF propostos por Halliday.

Recebido em dezembro de 2011

Aprovado em fevereiro de 2012

E-mail: orlando.ufrn@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. 2009. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora.
- BARBARA, L.; GOUVEIA, C.A.M. 2001. It is not there, but [it] is cohesive: the case of pronominal ellipsis of subject in Portuguese. Paper presented at the 13th Euro-International Systemic Functional Linguistics Workshop. University of Brest, July 2001. *Direct Paper 46*. São Paulo: PUC-SP.
- BEDNAREK, M. 2006. *Evaluation in media discourse: analysis of a newspaper corpus*. New York/London: Continuum.
- _____. 2010. *The Language of Fictional Television: Drama and Identity*. London/New York: Continuum.
- BROWN, P. & LEVINSON, S.C. 1987. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CABRAL, S.R.S. 2007. *A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração*. Tese de doutorado em Letras. Universidade Federal de Santa Maria.
- COFFIN, C. 2002. *The voices of history: theorising the interpersonal semantics of historical discourses*. *Text*, no. 22, pp. 503-528.
- EGGINS, S.; SLADE, D. 1997. *Analysing casual conversation*. London: Cassell.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse – textual analysis for social research*. London: Routledge.
- GARCÍA-CANCLINI, N. 1995. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.

- GOUVEIA, C.A.M.; BARBARA, L. 2001. Marked or unmarked that is NOT the question the question is: "Where is the theme?". *Direct Paper 45*. São Paulo: PUC-SP.
- HALLIDAY, M.A.K. 1985. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- _____. 2002. Dimensions of discourse analysis: grammar. In: Webster, J.J. *On grammar*. Volume 1 in the Collected works of M.A.K. Halliday. London and New York: Continuum.
- _____. 2003. Systemic background. In: Webster, J.J. 2003. *On language and linguistics*. Volume 3 in the Collected works of M.A.K. Halliday. London and New York: Continuum.
- HALLIDAY, M.A.K. & Hasan, R. 1976. *Cohesion in English*. London: Longman.
- HALLIDAY, M.A.K. & MATTHIESSEN, C.M.I.M. 1999. *Construing experience through meaning – A language-based approach to cognition*. London, New York: Continuum.
- _____. 2004. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold. 3rd Edition.
- HJELMSLEV, L. 2003. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva.
- KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. 1996. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge.
- LAKOFF, G. 1972. Hedges: A study of meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In Peranteau, P., J. Levi and G. Phares (eds.) *Papers from the Eighth Regional Meeting of Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago University Press. 183–228.
- MALINOWSKI, B. 2009. *Uma teoria científica de cultura*. Lisboa: Edições 70.
- MARTIN, J.R. 1992. *English text – System and structure*. Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.
- _____. 2009. Discourse studies. In: Halliday, M.A.K. & Webster, J.J. *Continuum companion to systemic functional linguistics*. London and New York: Continuum.
- MARTIN, J.R.; WHITE, P.R.R. 2005. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan.
- MARTIN, J.R. and ROSE, D. 2003. *Working with discourse – Meaning beyond the clause*. London and New York: Continuum.
- _____. 2007. *Working with discourse – Meaning beyond the clause*. 2nd edition. London and New York: Continuum.

- MATTHIESSEN, C.M.I.M, TERUYA K., LAM, M. 2010. *Key terms in systemic functional linguistics*. London and New York: Continuum.
- MILLER, C.R.; DIONISIO, A.P.; HOFFNAGEL, J.C. (org.). 2009. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- OTEÍZA, T. 2003. How contemporary history is presented in Chilean middle school textbooks. *Discourse and Society*, no. 13, pp. 639-660.
- _____. 2010. Patrones valorativos en el discurso oficial de Derechos Humanos en Chile: dando valor al pasado y construyendo memorias históricas en la sociedad. *Discurso y Sociedad* Vol. 4(1) 2010, 151-183.
- PAIVA, V.L.M.O. Propiciamento (affordance) e autonomia na aprendizagem de língua inglesa. In: Lima, Diógenes C. *Aprendizagem de língua inglesa: histórias refletidas*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.
- POYNTON, C. 1985. *Language and gender: making the difference*. Geelong, Vic.: Deakin University Press [republicado: Oxford University Press, 1989].
- _____. 1990. *Address and the semiotics of social relations: a systemic-functional account of address forms and practices in Australian English*. PhD Thesis. Department of Linguistics, Univerisyt of Sydney.
- SOUZA, L.M.F. 2011. A tradução de termos de recentes desenvolvimentos da linguística sistêmico-funcional para o português brasileiro. *Tradução & Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores*, no. 22, pp. 73-90.
- VIAN JR., O.; SOUZA, A.A.; ALMEIDA, F.S.D.P. 2011. (Orgs.) *A linguagem da avaliação em língua portuguesa – Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores.
- VIAN JR., O. 2009. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. *DELTA*, volume 25, no. 1, p. 99-129.